

# PREGÃO ELETRÔNICO

90.011/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(154503)

## OBJETO

Contratação de renovação de serviço de suporte técnico para solução de rede sem fio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM – AMPLA PARTICIPAÇÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
Exigências de habilitação.....	13
Habilitação jurídica .....	13
Habilitação fiscal, social e trabalhista .....	14
Qualificação Econômico-Financeira.....	15
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	17
10. DOS RECURSOS .....	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2026**  
(Processo Administrativo nº 23006.005297/2026-92)

Torna-se público que a **Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC**, sediada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André – SP – CEP 09210-580, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de *serviços* de renovação de serviço de suporte técnico para solução de rede sem fio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 sociedades cooperativas;

2.7.12 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que

integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.25.1 e 8.36.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2 empresas brasileiras;

6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **mínimo de 2 (duas) e máxima de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### Exigências de habilitação

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



## Qualificação Econômico-Financeira

8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.21. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

8.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.27. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.28. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.28.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.29. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, quando possível a conferência de sua autenticidade, devendo ser anexados ao sistema compras.gov.br.



8.30. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.32. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.33. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.34. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.34.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.35. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.35.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.36. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.36.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **mínimo de 2 (duas) e máxima de 24 (vinte e quatro) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.36.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.37. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.37.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.37.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.38. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.36.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **24 (vinte e quatro) horas**, para:

8.38.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.38.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.38.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.38.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.39. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.40. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.41. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.36.1.

8.42. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.43. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.44. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5%** a do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de **15%** a do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cpl@ufabc.edu.br**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Modelo de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo

13.11.3 Anexo III – Modelo de Termo de Ciência;

13.11.4 Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.

WELLINGTON P DA SILVA  
Agente de Contratação  
Portaria UFABC nº. 5.696, de 11/03/2026,  
publicada no Diário Oficial da União de 13/03/2026





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**

**Núcleo de Tecnologia da Informação**  
(Processo Administrativo nº 23006.005297/2026-92)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de serviço de garantia e suporte técnico para solução de rede sem fio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de serviço de garantia e suporte técnico para solução de rede sem fio	27740	Serviço	01	182.000,00	182.000,00

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

- 1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo.

**Prazo de vigência**

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis)** meses contados do dia xx/xx/xxxx, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A presente contratação justifica-se para contratar o suporte técnico da solução de rede sem fio composta por 2 (duas) controladoras (software) e 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso, sendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades do tipo R610 (hardware) adquirida pelo NTI em 2017, e 16 (dezesesseis) unidades do tipo T300. A aquisição inicial contemplou 5 (cinco) anos de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

garantia para os itens. Esse período de garantia foi renovado por três anos a partir de 2023. A referida solução de rede sem fio é robusta e ainda atende de forma satisfatória as necessidades de conectividade da UFABC, ela também permite a adesão de novos equipamentos, permitindo um upgrade pontual em equipamentos mais antigos, como o Access Point T300. O objetivo do presente processo é contratar o serviço de garantia e suporte técnico dos equipamentos e softwares atuais por um período adicional de 3 (três) anos, garantindo a conservação majoritária do investimento realizado em 2017. Esta contratação garante que a solução atual estará preparada para eventuais expansões caso sejam necessárias.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 07722779000106-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 09/2026;
- IV) Classe/Grupo: Serviços de manutenção e instalação de equipamentos de TIC;
- V) Identificador da Futura Contratação: 154503-441/2026;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI) 2024 - 2033 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2029 da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
14	Otimizar a oferta de infraestrutura compartilhada de tecnologia da informação e comunicação - Objetivo da Estratégia Federal de Governo Digital 2024 - 2027.
-	Melhorar a infraestrutura de rede e telecomunicações, assegurando um padrão de conectividade confiável e de alta qualidade - Ação relacionada à infraestrutura de TIC do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI) 2024 - 2033

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2029	
Eixo	Objetivo estratégico
Conectividade	Garantir a conexão interna e externa da Universidade, por meio de acesso à telefonia, internet, rede e nuvem de qualidade

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do ABC

- 3.2. A solução de TIC consiste em contratação de serviços de garantia e suporte técnico com manutenção para 2 (duas) controladoras (software) e 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso (hardware), sendo 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso tipo R610 e 16 (dezesesseis) pontos de acesso tipo T300, que compõem a atual solução de rede sem fio de internet para a comunidade universitária da UFABC.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Requisitos de Negócio

- 4.1. Os requisitos de negócio da presente contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### Requisitos de Capacitação

- 4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

#### Requisitos Legais

- 4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

#### Requisitos de Manutenção

- 4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas, adaptativas e evolutivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

#### Requisitos Temporais

- 4.5. O serviço de garantia e suporte técnico das 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (vSZ-E) e dos 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso, sendo 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso internos modelo R610 e 16 (dezesesseis) pontos de acesso modelo T300, e deverá ser fornecido por um período de 36 (trinta e seis) meses.
- 4.6. O início do suporte técnico deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato.
- 4.7. Os serviços correcionais solicitados devem ser prestados no prazo máximo de **[10]** dias úteis, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes;
- 4.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

#### Requisitos de Segurança e Privacidade



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da UFABC.

**Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.10.1 Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, com o objetivo de diminuição do impacto ambiental, com preferência por utilização de materiais de origem local e de equipamentos que priorizem eficiência energética;
  - 4.10.2 Garantia de obrigações trabalhistas e previdenciárias em acordo com a legislação nacional;
  - 4.10.3 Ausência de trabalho infantil ou condições de trabalho insalubres;
  - 4.10.4 Utilização de equipamentos de proteção individual;
  - 4.10.5 Promoção de inclusão digital, com geração de empregos locais e capacitação técnica.

**Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

- 4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.13. O serviço de contratação de garantia e suporte técnico que é objeto da presente contratação deve compreender a prestação do serviço de suporte técnico da infraestrutura de rede sem fio Commscope/Ruckus, composta por 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (modelo vSZ-E) e 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso, sendo 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso internos modelo R610 (part number: 901-R610-WW00) e 16 (dezesesseis) pontos de acesso modelo T300.

**Requisitos de Projeto e de Implementação**

- 4.14. Não faz parte do escopo da contratação estabelecer requisitos de projeto e de implementação.

**Requisitos de Implantação**

- 4.15. Não faz parte do escopo da contratação estabelecer requisitos de implantação.

**Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.17. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;
- 4.17.1 No momento da assinatura do contrato, e durante toda a vigência do serviço contratado, o licitante deverá apresentar, no mínimo, certificação Ruckus Certified Wi-Fi Associate.

**Requisitos de Formação da Equipe**

- 4.18. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

**Requisitos de Metodologia de Trabalho**

- 4.19. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de chamado registrado pela Contratante.
- 4.20. O chamado indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- 4.21. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana de maneira eletrônica ou por via telefônica.
- 4.22. A execução do serviço deverá ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.23. Todos os serviços, licenças e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 4.24. A verificação da validade do suporte técnico deverá ser possível pela interface das controladoras ou pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.
- 4.24.1 As licenças entregues devem ser registradas no site da fabricante como propriedade da Contratante e atreladas aos números de série da solução atualmente instalada.
- 4.25. O suporte técnico deverá estar disponível para abertura de chamados no regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), por telefone, e-mail ou sistema de chamados do Contratado ou do fabricante.
- 4.26. Durante toda a vigência do contrato de suporte técnico, a Contratante deverá ter direito ao download e à aplicação das atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante, abrangendo tanto as controladoras quanto os pontos de acesso.
- 4.27. O suporte técnico deverá ser prestado preferencialmente de forma “on-site”, nas dependências da Contratante, em horário comercial, no regime 8x5, garantindo atendimento até o próximo dia útil.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 4.28. Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.
- 4.28.1 Excetuam-se desta obrigação falhas nos pontos de acesso modelo T300, cujo ciclo de vida já foi encerrado pela fabricante, conforme Anexo I do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.29. Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível.
- 4.30. O prazo máximo para reparo ou solução do problema que deu origem ao chamado será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.
- 4.31. Caso não seja possível solucionar o problema dentro do prazo estipulado, o Contratado deverá substituir o equipamento defeituoso por outro equivalente ou superior, de sua propriedade, até a conclusão do reparo, garantindo a continuidade da operação da Contratante.
- 4.32. Na impossibilidade de solução definitiva, o equipamento deverá ser substituído por um novo, sem uso, do mesmo modelo, equivalente ou superior. A substituição por modelo diferente deverá ser previamente analisada e aprovada pela equipe técnica da Contratante.

**Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

- 4.33. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade e demais princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da UFABC.

**Vistoria**

- 4.34. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**Sustentabilidade**

- 4.35. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.35.1 Observação aos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);

**Da exigência de carta de solidariedade**

- 4.36. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**Subcontratação**

- 4.37. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

- 4.38. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta**

- 4.39. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.39.1 A solução compreende a prestação do serviço de suporte técnico da infraestrutura de rede sem fio Commscope/Ruckus, composta por 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (modelo vSZ-E) e 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso, sendo 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso internos modelo R610 (part number: 901-R610-WW00) e 16 (dezesesseis) pontos de acesso modelo T300, pelo período de 36 meses.

**5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

**5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 aplicar ao Contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 comunicar ao Contratado todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

**5.2. São obrigações do CONTRATADO:**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9 fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 6.1.1 Início da execução do objeto: O início do suporte técnico deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato, prevalecendo a data mais tardia, de modo a evitar descontinuidade da cobertura.
  - 6.1.2 O serviço de contratação de garantia e suporte técnico das 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (vSZ-E) e dos 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso modelos R610 e T300 deverá ser fornecido por um período de 36 (trinta e seis) meses.
  - 6.1.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 6.1.3.1. O suporte técnico deverá estar disponível para abertura de chamados no regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), por telefone, e-mail ou sistema de chamados do Contratado ou do fabricante.
- 6.1.3.2. Durante toda a vigência do contrato de suporte técnico, a Contratante deverá ter direito ao download e à aplicação das atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante, abrangendo tanto as controladoras quanto os pontos de acesso.
- 6.1.3.3. O suporte técnico deverá ser prestado preferencialmente de forma “on-site”, nas dependências da Contratante, em horário comercial, no regime 8x5, garantindo atendimento até o próximo dia útil.
- 6.1.3.4. Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.
- 6.1.3.5. Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível.
- 6.1.3.6. O prazo máximo para reparo ou solução do problema que deu origem ao chamado será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.
- 6.1.3.7. Caso não seja possível solucionar o problema dentro do prazo estipulado, o Contratado deverá substituir o equipamento defeituoso por outro equivalente ou superior, de sua propriedade, até a conclusão do reparo, garantindo a continuidade da operação da Contratante.
- 6.1.3.8. Na impossibilidade de solução definitiva, o equipamento deverá ser substituído por um novo, sem uso, do mesmo modelo, equivalente ou superior. A substituição por modelo diferente deverá ser previamente analisada e aprovada pela equipe técnica da Contratante.

**6.1.4 Cronograma de realização dos serviços:**

- 6.1.4.1. Envio de nota de empenho ao Contratado;
- 6.1.4.2. Entrega de todos os serviços, licenças e contratos de suporte em remessa única;
- 6.1.4.3. Verificação da validade do suporte técnico pela interface das controladoras ou pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante;
- 6.1.4.4. Abertura de chamado pela Contratante em caso de falha na solução de rede sem fio;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 6.1.4.5. Reparo ou solução do problema que deu origem ao chamado em 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

6.2.1 Campus Santo André:

- 6.2.1.1. Unidade Sede - Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu - Santo André - SP - CEP: 09280-560;

- 6.2.1.2. Unidade Tamanduatehy - Avenida dos Estados, 4500, Bairro Santa Terezinha - Santo André - SP;

- 6.2.2 Campus São Bernardo do Campo - Alameda da Universidade, s/nº - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo - SP - CEP: 09606-045;

- 6.2.3 Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível;

- 6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 07h às 19h.

**Rotinas a serem cumpridas**

- 6.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 6.4.1 Envio de nota de empenho ao Contratado;

- 6.4.2 Entrega de todos os serviços, licenças e contratos de suporte em remessa única;

- 6.4.3 Verificação da validade do suporte técnico pela interface das controladoras ou pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante;

- 6.4.4 Emissão da nota fiscal pelo Contratado;

- 6.4.5 Recebimento definitivo e realização de ateste da nota fiscal;

- 6.4.6 Abertura de chamado pela Contratante em caso de falha na solução de rede sem fio;

- 6.4.7 Reparo ou solução do problema que deu origem ao chamado em 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.

**Materiais a serem disponibilizados**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

6.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.5.1 Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.

6.5.1.1. Excetuam-se desta obrigação falhas nos pontos de acesso modelo T300, cujo ciclo de vida já foi encerrado pela fabricante, conforme Anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.6.1 Serviço de garantia e suporte técnico da infraestrutura de rede sem fio Commscope/Ruckus, composta por 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (modelo vSZ-E) e 266 (duzentos e sessenta e seis) pontos de acesso, sendo 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso internos modelo R610 (part number: 901-R610-WW00) e 16 (dezesesseis) pontos de acesso modelo T300, pelo período de 36 meses

**Formas de transferência de conhecimento**

6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.9. A nota de empenho conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

**Mecanismos formais de comunicação**

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Nota de empenho;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

- 6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**Preposto**

- 7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

**Rotinas de Fiscalização**

- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

**Equipe de fiscalização do contrato**

Papel	Nome	SIAPÉ
-------	------	-------



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Fiscal Requisitante	Larissa de Mattos	2328747
Gestor do Contrato	Felipe Baena Garcia	1784324
Fiscal Técnico	Iraí Dantas Ferreira	1780376
Substituto Técnico	Bruno Stacco Oliva	2093666
Fiscal Administrativo	Francisco Felix da Silva Junior	2116646
Substituto Administrativo	Helena Fernandes Dolfato	1322386

**Fiscalização Técnica**

- 7.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Fiscalização Administrativa**

- 7.16. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.18. Além do disposto acima, e de observar o disposto no Manual de Fiscalização de Contratos da UFABC, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.18.1 Recebimento de documento fiscal de faturamento;
- 7.18.2 Elaboração de ateste de documento fiscal.

**Gestor do Contrato**

- 7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:
- 7.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações.
- 7.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

7.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

<b>IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO</b>	
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
<b>Meta a cumprir</b>	IAP igual ou superior a 80 %.
<b>Instrumento de medição</b>	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
<b>Forma de acompanhamento</b>	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
<b>Periodicidade</b>	Eventual
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; <math>\Sigma Q_{tap}</math> = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; <math>\Sigma Q_{tr}</math> = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

<b>Início de Vigência</b>	O início do suporte técnico deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato, prevalecendo a data mais tardia, de modo a evitar descontinuidade da cobertura.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	IAP $\geq$ 90%: sem descontos sobre o valor do contrato. IAP $\geq$ 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor do contrato. IAP $\geq$ 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor do contrato. IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor do contrato.

- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 8.2.1 não produziu os resultados acordados,
  - 8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o recebimento, pela Contratante, da confirmação da ativação do serviço de garantia e suporte técnico para equipamentos de rede sem fio, a ser enviado pelo Contratado.

**Recebimento**

- 8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 05 dias após o recebimento, pela Contratante, da confirmação da contratação de serviço de suporte técnico para equipamentos de rede sem fio, a ser enviado pelo Contratado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 8.11. Todos os serviços, licenças e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 8.12. A verificação da validade do suporte técnico deverá ser possível pela interface das controladoras ou pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.
- 8.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 8.13.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.20.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 8.20.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 8.20.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.20.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.20.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Procedimentos de Teste e Inspeção**

- 8.24. Será adotado como procedimento de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, o recebimento, pela Contratante, da confirmação da contratação de serviço de suporte técnico para equipamentos de rede sem fio, a ser enviado pelo Contratado.
- 8.25. Todos os serviços, licenças e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 8.26. A verificação da validade do suporte técnico deverá ser possível pela interface das controladoras ou pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.

**Liquidação**

- 8.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

8.29. Para fins de liquidação, o setor competente responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- VII) dados bancários para o pagamento via depósito.

8.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.31.1 A consulta tratada no subitem anterior deve ser realizada pelo responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal, e a cópia do SICAF deve ser anexada ao Documento de Ateste da Nota Fiscal (DANF).

8.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.32.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.32.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, o responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deverá providenciar sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a empresa regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.35. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 8.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

- 8.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.38. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

**Forma de pagamento**

- 8.39. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado e informado pelo demandante/fiscal do contrato na Declaração de Ateste de Nota Fiscal.
- 8.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.41.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.41.1.1. Caso o contratante tenha alguma condição especial na tributação regular (suspensão, redução ou isenção) deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação ou informativo da legislação aplicada à sua condição.
- 8.42. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Reajuste**

- 8.43. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/03/2026.
- 8.44. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 8.45. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.48. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.50. O reajuste será realizado por apostilamento.

**Cessão de Crédito**

- 8.51. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.51.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.51.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.51.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.51.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas.	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP $\geq$ 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP $\geq$ 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP $\geq$ 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4 Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **05% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

- 9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**Regime de Execução**

- 10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

**Exigências de habilitação técnica**

- 10.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Qualificação Técnica**

- 10.4. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 10.4.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.5.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, o licitante deverá fornecer atestado comprovando que forneceu serviço de garantia e suporte técnico desse mesmo tipo de solução da fabricante pelo mesmo período que se pretende contratar por este processo.
- 10.5.1.1. A Contratante poderá verificar a legitimidade do documento apresentado para fins de habilitação técnica do licitante no certame.
- 10.5.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.5.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do ABC

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

- 10.5.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 10.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 10.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 10.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### Disposições gerais sobre habilitação

- 10.9. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.10. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

### 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**Cronograma Físico Financeiro**

Evento	Prazo estimado	Valor
Pagamento único	Dez dias após o ateste do documento fiscal	R\$182.000,00

<b>Integrante Requisitante</b> Larissa de Mattos Técnico de TI SIAPE 2328747	<b>Integrante Técnico</b> Felipe Baena Garcia Técnico de TI SIAPE 1784324	<b>Integrante Administrativo</b> Francisco Felix da Silva Junior Assistente em Administração SIAPE 2116646
---	--	---

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<b>Carlos Alberto Orsolon Silva</b> Coordenador Geral Núcleo de Tecnologia da Informação SIAPE 1758431 Portaria nº 551 - 21 de junho de 2024 Boletim de Serviço nº 1356 - 25 de junho de 2024

Santo André, 27 de abril de 2026.

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Carlos Alberto Orsolon Silva  
Coordenador Geral  
Núcleo de Tecnologia da Informação  
SIAPE 1758431  
Portaria nº 551 - 21 de junho de 2024  
Boletim de Serviço nº 1356 - 25 de junho de 2024



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO II - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO**

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal do Contratado em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não, em observância à estrutura normativa de Segurança da Informação vigentes na UFABC (Política de Segurança da Informação e Comunicações).

[NOME e CPF], perante à Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, e a:

- a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pela UFABC] e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito da UFABC, salvo autorização da autoridade competente.

Declaro ciência da Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFABC.

[Local, data e assinatura]

**ANEXO III - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

No caso de substituição ou inclusão de empregados do Contratado, o preposto deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

**1 – IDENTIFICAÇÃO**

Número do Termo de Contrato

Objeto do Contrato

Nome e CNPJ do Contratado

Nome do preposto do Contratado

**2 – CIÊNCIA**

Por este instrumento, os empregados da prestadora de serviços abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecimento do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e da estrutura normativa de Segurança da Informação vigentes na UFABC.

Nome do Contratado - Dados dos funcionários: Nome, Matrícula, Assinatura

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

**Estudo Técnico Preliminar 32/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23006.005297/2026-92

**2. Descrição da necessidade****Renovação de Serviço de Suporte Técnico para Solução de Rede Sem Fio**

A atual solução de rede de internet sem fio (wireless) da Universidade Federal do ABC é composta por 2 (duas) controladoras vSZE (software) e 280 (duzentos e oitenta) pontos de acesso (hardware), sendo 250 pontos de acesso do tipo R610, 14 pontos de acesso do tipo T300 e 16 pontos de acesso do tipo R650. Todos os equipamentos que compõem a atual solução de rede de internet sem fio são da empresa fabricante Ruckus. O serviço de garantia e suporte das duas controladoras e dos 250 pontos de acesso R610 tem o fim de sua vigência em 31/03/2026, e não é possível manter a funcionalidade da solução de rede sem fio sem as atualizações e licenças disponibilizadas pelo serviço de garantia. Com a expiração do prazo de vigência, faz-se necessária a contratação da renovação do serviço. Os 14 pontos de acesso do tipo T300 já se encontram no fim de sua vida útil, com recomendação da fabricante de substituição quando apresentam falha, e 16 pontos de acesso do tipo R650 permanecem cobertos por suporte e garantia de fábrica da recente contratação, conforme Anexo 1 deste Estudo Técnico Preliminar, por este motivos, os pontos de acesso dos tipos T300 e R650 e não farão parte da contratação neste momento.

Faz-se necessária a contratação da renovação de serviços de garantia e suporte técnico com manutenção para as 2 (duas) controladoras vSZE (software) e 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso R610 para a continuidade de disponibilização do serviço de rede de internet sem fio para a comunidade acadêmica da UFABC. O objetivo da contratação é manter a estabilidade e a segurança do ambiente, com reparo ou substituição de equipamentos em caso de falha e acesso a atualizações de firmware e software.

Em 2017, o NTI adquiriu solução de rede sem fio composta por 2 (duas) controladoras (software) e 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso (hardware). A aquisição inicial contemplava 5 (cinco) anos de garantia para os itens. Esse período de garantia foi renovado por três anos a partir de 2023. A referida solução de rede sem fio é robusta e ainda atende de forma satisfatória as necessidades de conectividade da UFABC, ela também permite a adesão de novos equipamentos, permitindo um upgrade pontual em equipamentos mais antigos, como o Access Point T300. O objetivo desta contratação é renovar o suporte técnico dos equipamentos e softwares atuais por um período adicional de 3 (três) anos, garantindo a conservação majoritária do investimento realizado em 2017. Além disso, esta renovação garante que a solução atual estará preparada para eventuais expansões que se façam necessárias.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Tecnologia da Informação	Carlos Alberto Orsolon Silva

### 4. Necessidades de Negócio

**Necessidade 1:** Garantir a continuidade do serviço de conectividade sem fio nos campi da UFABC, ter suporte técnico para resposta rápida a incidentes e receber atualizações de software e firmware.

**Funcionalidade:** Garantir a continuidade do serviço de rede sem fio nos campi da UFABC.

**Envolvidos:** Equipe NTI

**Necessidade 2:** Resposta rápida em caso de incidentes e falhas da solução de rede sem fio.

**Funcionalidade:** Suporte técnico disponível para caso de falhas de equipamentos.

**Envolvidos:** Equipes NTI e Contratado

**Necessidade 3:** Atualizações para a solução de rede sem fio disponibilizadas pela fabricante.

**Funcionalidade:** Fornecimento de novas versões de softwares, firmwares, funcionalidades e correções de erros.

**Envolvidos:** Contratado

### 5. Necessidades Tecnológicas

**Necessidade 1:** Acesso às funcionalidades habilitadas pelas licenças e pelas atualizações de firmwares e softwares disponibilizadas pela fabricante das controladoras vSZE

**Funcionalidade:** Licenças e atualizações para funcionamento e configuração das controladoras

**Envolvidos:** Equipe NTI por meio de disponibilização do Contratado

**Necessidade 2:** Manutenção corretiva para controladoras vSZE e pontos de acesso Access Points R610.

**Funcionalidade:** Suporte técnico com manutenção corretiva compatível aos equipamentos

**Envolvidos:** Contratado

## 6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

A solução de TIC escolhida perpassa pela contratação de uma empresa que estará autorizada pela fabricante a comercializar seus serviços e licenças com a utilização de hardwares e softwares reconhecidos e indicados pela fabricante. Por se tratar de contratação de serviço de garantia e suporte pelo período de 36 meses, faz-se necessária a solicitação de carta de solidariedade durante o processo licitatório, a ser fornecida pela fabricante para a empresa licitante, com o objetivo de garantir a execução do serviço até o final do período de vigência da garantia, ainda que a empresa contratada não esteja mais disponível para o fornecimento do serviço por qualquer motivo alheio aos riscos previstos neste processo. Com a preocupação de evitar o fracasso do certame por motivo de não atendimento ao requisito de carta de solidariedade por parte dos licitantes, foi realizado contato com a fabricante por meio de seu portal de atendimento e posteriormente por e-mail, tendo sido confirmada a prática de emissão de carta de solidariedade da fabricante para empresas autorizadas que venham a se interessar em participar do processo licitatório que contratará a solução de TIC indicada por este estudo técnico preliminar, conforme Anexo II.

## 7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Tabela dos itens com quantitativos	
Descrição	Quantidade
Renovação do suporte técnico da solução de rede sem fio	01 serviço

## 8. Levantamento de soluções

### • CENÁRIO 1

Solução 1: Renovação do suporte para controladoras e APs R610 por 3 anos.

Descrição: Mantém a infraestrutura atual, cobrindo apenas os ativos que já não têm suporte de fábrica (R610) além das controladoras. Preserva o investimento realizado em 2017 e reduz riscos de indisponibilidade.

- a. Disponibilidade: Após a conclusão do processo licitatório
- b. Alternativa de mercado: N/A
- c. Solução de software: Incluída na solução sendo contemplada nesse cenário
- d. Políticas e padrões de governo: N/A
- e. Necessidades de adequação para execução contratual: N/A
- f. Diferentes modelos para a prestação do serviço: N/A
- g. Diferentes tipos de soluções: N/A
- h. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Serviço de garantia e manutenção.
- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Ampliação é contemplada no cenário atual.
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: N/A

Item	Investimento total - Valor (R\$)				
	2026	2027	2028	2029	2030
Suporte (3 anos)	R\$ 182.000,00	0	0	0	0
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 182.000,00	0	0	0	0

## • CENÁRIO 2

Solução 2: Substituição completa da rede WiFi e suporte por 3 anos da controladora.

Descrição: Prevê a aquisição de novos APs WiFi 6, novas controladoras e serviços de implantação. Tem custo muito superior no horizonte de 3 anos, embora modernize a infraestrutura.

- a. Disponibilidade: Após a conclusão do processo licitatório
- b. Alternativa de mercado: N/A
- c. Solução de software: Solução sendo contemplada nesse cenário
- d. Políticas e padrões de governo: N/A
- e. Necessidades de adequação para execução contratual: N/A
- f. Diferentes modelos para a prestação do serviço: N/A
- g. Diferentes tipos de soluções: N/A
- h. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Serviço.

- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Ampliação é contemplada no cenário atual.
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: N/A

Item	Investimento total - Valor(R\$)				
	2026	2027	2028	2029	2030
Suporte (3 anos)	R\$ 182.000,00	0	0	0	0
Troca dos APs por WIFI 6	R\$ 1.683.000,00	0	0	0	0
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 1.863.000,00	0	0	0	0

### • CENÁRIO 3

Solução 3: Suporte apenas das controladoras por 3 anos

Descrição: Prevê contratar suporte apenas para as controladoras, sem cobertura para os APs. Tem menor custo direto, mas transfere riscos de falhas de APs para a UFABC, com possível aumento de custos imprevisíveis e risco operacional elevado.

- a. Disponibilidade: Após a conclusão do processo licitatório
- b. Alternativa de mercado: N/A
- c. Solução de software: Solução sendo contemplada nesse cenário
- d. Políticas e padrões de governo: N/A
- e. Necessidades de adequação para execução contratual: N/A
- f. Diferentes modelos para a prestação do serviço: N/A
- g. Diferentes tipos de soluções: N/A
- h. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Serviço
- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Ampliação é contemplada no cenário atual
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: N/A

Item	Investimento total - Valor(R\$)				
	2026	2027	2028	2029	2030

	2026	2027	2028	2029	2030
Suporte (3 anos)	R\$ 67.500,00	0	0	0	
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 67.500,00				

## 9. Análise comparativa de soluções

Cenário	Bens / Serviços da solução	Estimativa (R\$)
1	Renovação do suporte para duas controladoras e 250 APs R610 por 3 anos	R\$ 182.000,00
2	Substituição completa da solução WiFi e suporte por 3 anos da controladora	R\$ 1.863.000,00
3	Suporte apenas das controladoras por 3 anos	R\$ 67.500,00

## 10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Durante o levantamento de alternativas, foi considerada inviável a substituição completa da solução atual de rede sem fio por uma nova plataforma baseada em equipamentos Wi-Fi 6, com aquisição de novos pontos de acesso, controladoras e serviços de implantação. Apesar de tecnicamente viável, essa opção foi descartada por apresentar custo de aquisição e manutenção impraticável neste momento, não sendo sustentado do ponto de vista econômico para o horizonte de 3 anos. Também foi avaliada a possibilidade de contratação de suporte apenas para as controladoras, sem cobertura dos pontos de acesso legados; contudo, esta alternativa foi considerada inviável por expor a UFABC a riscos elevados de indisponibilidade e a custos imprevisíveis com substituições emergenciais de APs que já estão fora da garantia de fábrica.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Cenário	Estimativa de custos (R\$)				
	Ciclo de vida (em anos)	Investimento ativos	Garantia	Insumos	Manutenção
1 - Renovação do suporte (controladoras + 250 APs R610)	3	0	0	0	R\$ 182.000,00
2 – Substituição completa da rede Wi-Fi	3	R\$ 1.681.000,00	0	0	R\$ 182.000,00
3 - Suporte somente para as controladoras vSZ-E	3	0	0	0	R\$ 67.500,00

Análise dos Custos Totais de Propriedade (Cenários)		
Cenário	Solução	Valor total (R\$)
1	Renovação do suporte para controladoras + 250 APs R610	R\$ 182.000,00
2	Substituição completa da rede Wi-Fi	R\$ 1.863.000,00
3	Suporte apenas para as controladoras vSZ-E	R\$ 67.500,00

Análise cenário 1: A solução garante suporte integral aos equipamentos mais críticos (2 controladoras e 250 APs R610), mantendo a operação da rede sem fio com custo total de R\$ 182 mil em 3 anos. Oferece o melhor equilíbrio entre confiabilidade e economicidade.

Análise cenário 2: Apesar de tecnicamente viável e da modernização para a infraestrutura com Wi-Fi 6, o custo é 13 vezes superior ao do cenário 1, sem justificar a substituição de uma solução sem previsão de finalização do ciclo de vida útil. Esse cenário é impraticável para a instituição neste momento.

Análise cenário 3: É o de menor custo direto (R\$ 67 mil), porém transfere para a UFABC o risco de custos adicionais e imprevisíveis com falhas nos APs R610, que já não têm cobertura de fábrica, além de risco de indisponibilidade da rede. Este cenário expõe fortemente a comunidade universitária ao risco de não ter acesso à rede de internet sem fio em algumas áreas da UFABC, o que pode impactar negativamente nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com maior ou menor gravidade a depender da ação que será levada à inexecução pela ausência de rede de internet sem fio.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Renovação do suporte técnico por 3 anos para duas controladoras vSZ-E e 250 pontos de acesso do tipo R610, garantindo acesso a atualizações de firmware e software, além de reparo e substituição de equipamentos defeituosos.

Não fazem parte da solução TIC de suporte e garantia a ser contratada, pelos motivos abaixo explicitados e conforme Anexo 1 deste Estudo Técnico Preliminar, consultado no site da fabricante:

- 14 APs R650, pois permanecem cobertos pelo suporte de fábrica.
- 16 APs T300, por serem equipamentos que já estão no final do ciclo de vida útil, com indicação da fabricante de substituição em caso de falha.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 182.000,00

Valor (R\$): 182.000,00

Cenário nº: 1

Descrição: Renovação do suporte técnico para duas controladoras vSZ-E e 250 pontos de acesso R610 pelo período de 3 anos.

Id	Bens / Serviços que compõem a solução	Estimativa (R\$)
1	Suporte para duas controladoras vSZ-E e 250 APs R610 pelo período de 3 anos.	182.000,00
Total		182.000,00



#### **14. Justificativa técnica da escolha da solução**

A renovação do suporte preserva a infraestrutura instalada, que ainda atende plenamente às necessidades da UFABC. Garante atendimento a incidentes, atualização contínua de software /firmware e reposição de peças críticas sem interrupção da rede. Reduz riscos operacionais, especialmente nos APs e T300, que já não possuem suporte de fábrica.

#### **15. Justificativa econômica da escolha da solução**

O custo total do cenário escolhido (R\$182 mil em 3 anos) é 92% menor do que a substituição completa da rede (R\$ 1,8 milhão). Evita gastos não previstos com falhas e indisponibilidade que ocorreriam sem suporte adequado. Preserva o investimento já realizado na infraestrutura e garante melhor relação custo-benefício.

#### **16. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

- Continuidade e estabilidade do serviço de Wi-Fi nos campi da UFABC.
- Redução do tempo de resposta a incidentes e maior disponibilidade da rede.
- Preservação do investimento anterior em infraestrutura.
- Acesso garantido a atualizações e correções de segurança da fabricante.
- Menor risco de interrupções nas atividades acadêmicas e administrativas.

#### **17. Providências a serem Adotadas**

- Garantir a alocação orçamentária para contratação do suporte.
- Manter equipe técnica do NTI responsável por acompanhar o contrato e validar o atendimento.
- Monitorar periodicamente o desempenho e os níveis de serviço prestados.
- Planejar eventual renovação ou migração futura para uma nova plataforma após o término do ciclo de 3 anos.

##### **17.1. Recursos materiais necessários à implantação da solução e à continuidade do negócio**

#### Recurso material 1

Descrição: Link de internet e backbone de rede cabeada existente nos campi

Quantidade: Conforme já instalado (não há aquisição adicional)

Disponibilidade: Já existente e operacional

Ação para obtenção dos recursos: Manutenção preventiva e monitoramento contínuo dos enlaces e do backbone

Responsável: NTI

#### Recurso material 2

Descrição: Contrato de suporte para controladoras vSZ-E e APs (R610)

Quantidade: 2 controladoras vSZ-E e 250 APs R610

Disponibilidade: Depende da contratação do suporte

Ação para obtenção dos recursos: Realizar processo licitatório ou adesão à ata de registro de preços, conforme legislação vigente

Responsável: CGSA e NTI

### **17.2. Recursos humanos necessários à implantação da solução e à continuidade do negócio**

Formação 1: Técnico/Analista de TI

Atribuições:

- Monitoramento e gerenciamento das controladoras e APs
- Acompanhamento do contrato de suporte
- Abertura e acompanhamento de chamados junto ao fabricante
- Apoio em atualizações de firmware e troubleshooting

Formação 2: Técnico/Analista de TI

Atribuições:

- Integração das controladoras com a infraestrutura de autenticação (RADIUS/LDAP)
- Implementação de políticas de acesso e segurança
- Apoio em incidentes que envolvam vulnerabilidades e mitigação de riscos

### Formação 3: Equipe de contratação/fiscalização

#### Atribuições:

- Condução do processo de aquisição
- Fiscalização da execução contratual
- Validação de notas fiscais e relatórios de SLA do fornecedor

### 17.3. Estratégia de continuidade da solução em caso de interrupção contratual

#### **Evento 1:** Término ou interrupção do contrato de suporte da contratada com o fabricante

- 1ª Ação Preventiva: Solicitação de carta de solidariedade
- Responsável: Equipe de planejamento da contratação / ProAd
  
- 2ª Ação Preventiva: Consulta à fabricante sobre a prática de emissão de carta de solidariedade e consulta às empresas parceiras da fabricante
- Responsável: Equipe de planejamento da contratação
  
- 1ª Ação de Contingência: Acionar canais emergenciais do fabricante (mesmo fora do contrato) para obtenção de suporte sob demanda (on-demand), conforme carta de solidariedade.
- Responsável: NTI
  
- 2ª Ação de Contingência: Mobilizar contratos emergenciais ou uso de APs e controladoras sobressalentes da UFABC, se disponíveis
- Responsável: NTI / PROAD / Reitoria

#### **Evento 2:** Fim da vigência ou interrupção do contrato

- 1ª Ação Preventiva: Monitoramento do prazo do contrato para iniciar processo de renovação com antecedência mínima de 6 meses
- Responsável: Gestor do Contrato / NTI
  
- 2ª Ação Preventiva: Levantamento orçamentário e reserva de recursos para evitar descontinuidade
- Responsável: NTI / Pró-Reitoria Administrativa
  
- 1ª Ação de Contingência: Acionar canais emergenciais do fabricante (mesmo fora do contrato) para obtenção de suporte sob demanda (on-demand)
- Responsável: NTI
  
- 2ª Ação de Contingência: Mobilizar contratos emergenciais ou uso de APs e controladoras sobressalentes da UFABC, se disponíveis
- Responsável: NTI / PROAD / Reitoria

### **Evento 3: Falha crítica de controladora sem suporte vigente**

- 1ª Ação Preventiva: Manter backup atualizado das configurações das controladoras
- Responsável: NTI
  
- 1ª Ação de Contingência: Redirecionar o gerenciamento dos APs para controladora secundária
- Responsável: NTI
  
- 2ª Ação de Contingência: Caso indisponível, realizar migração para hardware secundário disponível
- Responsável: NTI / Setor de Compras

### **Evento 4: Falha de grande número de APs antigos (R610/T300) fora de garantia**

- 1ª Ação Preventiva: Planejar substituição gradual de APs mais antigos antes do término da vida útil estimada
- Responsável: NTI
  
- 2ª Ação Preventiva: Monitorar a taxa de falhas para tomada de decisão sobre antecipação de troca
- Responsável: NTI
  
- 1ª Ação de Contingência: Remanejamento de APs de áreas menos críticas para locais de maior prioridade
- Responsável: NTI
  
- 2ª Ação de Contingência: Realizar aquisição emergencial de APs substitutos compatíveis
- Responsável: NTI / PROAD

## **18. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **18.1. Justificativa da Viabilidade**

A contratação da renovação do suporte técnico para as controladoras vSZ-E e para os pontos de acesso R610 é viável técnica e economicamente.

A solução mantém a infraestrutura existente, que ainda atende de forma adequada às demandas acadêmicas e administrativas da UFABC, garantindo continuidade dos serviços, suporte especializado do fabricante, atualizações de software e reposição de peças críticas.

A análise de Custo Total de Propriedade (TCO), considerando o horizonte de 3 anos, demonstra que a renovação do suporte apresenta custo significativamente inferior ao da substituição completa da rede Wi-Fi e reduz os riscos operacionais que seriam incorridos caso apenas as controladoras fossem cobertas pelo suporte.

Dessa forma, a contratação da solução é viável e recomendável, pois assegura a manutenção da qualidade do serviço de conectividade sem fio, evita despesas emergenciais imprevisíveis e preserva o investimento já realizado na infraestrutura de TIC da UFABC.

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS ALBERTO ORSOLON SILVA**

Autoridade competente

**LARISSA DE MATTOS**

Integrante Requisitante

**FELIPE BAENA GARCIA**

Integrante Técnico

**FRANCISCO FELIX DA SILVA JUNIOR**

Integrante Administrativo



# Software and Hardware EoL

## References and links:

The EoL policy can be found [here](#)

SmartZone software release definition is found [here](#)

Older product EoL details can continue to be found [here](#), but the tables found on this page supersede this document for the products and code listed

Last Updated: Sept 3, 2024

## SZ Software EoL table:

Software release train	Release type	Release dates	End of maintenance(EOM)
SZ 7.1	LT	SZ 7.1.0 2024-12(EOM) SZ 7.1.1 (LT-GA) 2025-08(Active)	2029-12
SZ 7.0	ST	SZ 7.0.0 2024-02 (EOM) SZ 7.0.0 P2 2024-08(EOM) SZ 7.0.0 P5 2024-10 (EOM)	2025-02
SZ 6.1	LT	SZ 6.1.0 LT 2021-12 (EOM) SZ 6.1.1 LT 2022-12 (EOM) SZ 6.1.2 LT(GD) Patch1 2023-11(EOM) SZ 6.1.2 LT(GD) Patch2 2024-04 (EOM) SZ 6.1.2 LT(GD) Patch3 2024-10-30 (EOM) SZ 6.1.2 LT(GD) Patch3 Refresh 2025-07-31 (EOM) SZ 6.1.2 LT(GD) Patch5 2025-10-09 (Active)	2026-12
SZ 6.0	ST	SZ 6.0 2021-04	2022-04
SZ 5.2	LT	SZ 5.2.0 2020-02 (EOM) SZ 5.2.1 2020-07 (EOM) SZ 5.2.2 (GD) 2021-02 (EOM)	2025-02
SZ 5.1	ST	SZ 5.1.0 2018-11(EOM) SZ 5.1.1 2019-05(EOM) SZ 5.1.2 2019-09(EOM)	2019-11
SZ 5.0	ST	SZ 5.0 2018-06 (EOM)	2019-06
SZ 3.6	LT	SZ 3.6.0 2017-11(EOM) SZ 3.6.1 2018-03(EOM) SZ 3.6.2 (GD) 2018-09(EOM)	2022-11

**Note:** Software Releases which are strikethrough in above table, are End of Maintenance, RUCKUS will not provide patches or bug fixes for these EOM Software Releases. TAC support will be limited to upgrade support ONLY. Please refer to the Software Release [Definition](#) for details.

## Hardware SZ EoL Table:

<b>EOL SZ Hardware</b>						
<b>Product</b>	<b>End of sale date</b>	<b>End of maintenance</b>	<b>End of Limited support</b>	<b>First supported software release</b>	<b>Last supported software release</b>	<b>Recommended replacement product</b>
<u>SZ300</u>	12/31/2024	12/31/2025	12/31/2029	SZ 3.5	SZ 7.1.x	<u>v/SZ-H</u>
<u>SCG200</u>	3/1/2018	1/3/2021	1/3/2023	SCG 1.1.x	SZ 3.6.x (for complete feature set 3.4.x)	<u>v/SZ-H</u>
<u>SZ100</u>	12/31/2022	12/31/2023	12/31/2028	SZ 3.0.x	SZ 6.1.x	<u>SZ-144</u>
<u>SZ100-D</u>	1/1/2021	1/1/2022	1/1/2026	SZ 5.1.x	SZ 6.1.x	<u>SZ144-D</u>
<b>Active SZ Hardware</b>						
<b>Product</b>	<b>End of sale date</b>	<b>End of maintenance</b>	<b>End of Limited support</b>	<b>First supported software release</b>	<b>Last supported software release</b>	<b>Recommended replacement product</b>
<u>SZ144</u>				SZ 5.2.1		
<u>SZ144-D</u>				SZ 5.2.1		

## Hardware AP EoL Table:

<b>Product</b>	<b>End of sale date</b>	<b>End of support</b>	<b>First supported software release</b>	<b>Last supported software release</b>	<b>Recommended replacement product</b>
<u>C110</u>	11/1/2021	11/1/2026	SZ 3.4.1 AP patch ZD 9.13.3	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	No Replacement Ruckus Access Point
<u>E510</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.6.1 ZD 10.1	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T350
<u>H320</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.5.1 ZD 10.0	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	H350

<u>H510</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.4 AP patch ZD 9.13.1	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	H550
<u>M510</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 5.0	SZ 6.1.x (AP zone)	-
<u>R300</u>	11/1/2017	11/1/2022	SZ 2.5 ZD 9.7	SZ 3.6.x (AP zone) ZD 10.1.x	R310
<u>R310</u>	03/31/2021	03/31/2026	SZ 3.2 ZD 9.12.2	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R320
<u>R320</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 5.1 AP patch ZD 10.2	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R350
<u>R510</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.4 ZD 9.13	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R550
<u>R500</u>	10/31/2018	04/30/2024	SZ 2.5.1 ZD 9.8.1	SZ 5.2.x (AP zone) ZD 10.4.x	R510
<u>R600</u>	04/30/2019	04/30/2024	SZ 2.5.1 ZD 9.8.1	SZ 5.2.x (AP zone) ZD 10.5.x	R610
<u>R610</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.4.1 AP patch ZD 9.13.2	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R650
<u>R710</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.1.1 ZD 9.12	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R750
<u>R720</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.5 AP patch ZD 10.0	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	R750
<u>R730</u>	02/28/2022	02/28/2027	SZ 3.6.2 AP patch (next supported release 5.1.1) ZD 10.1.2 (next supported release 10.3)	SZ 6.1.0 (AP zone) ZD 10.5.x	R850
<u>T300</u> , <u>T301n/s</u>	04/30/2019	04/30/2024	SZ 2.5.1 ZD 9.8.1	SZ 5.2.x (AP zone) ZD 10.5.x	T310c/d, E510, T310n, T310s
<u>T305e</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 5.1.1	SZ 6.1.x (AP zone)	T350SE
<u>T305i</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 5.1.1	SZ 6.1.x (AP zone)	T350c
<u>T310c/d</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.6 AP patch ZD 10.1	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T350c/d



<u>T310n/s</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.6 AP patch ZD 10.1	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T350SE
<u>T504</u>	2/1/2019	2/1/2024	SZ 3.2	SZ 5.2.x (AP zone)	T811-CM
<u>T610</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.4.1 AP patch ZD 9.13.3	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T750
<u>T610s</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.4.1 AP patch ZD 9.13.3	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T750se
<u>T710</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.2.1 ZD 9.13	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T750
<u>T710s</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.2.1 ZD 9.13	SZ 6.1.x (AP zone) ZD 10.5.x	T750se
<u>T811-CM</u>	01/31/2022	12/31/2027	SZ 3.6.1	SZ 6.1.x (AP zone)	No Replacement Ruckus Access Point

**Note:** While the product may be supported by the current active software release, its software maintenance policy will be governed by its End-of-Life (EOL) status. This means that software updates, including bug fixes and security patches, will only be provided in accordance with the product's published EOL timeline. Once the product reaches its End-of-Maintenance(EOS) date, no further software maintenance, including updates, patches or bug fixes, will be available, regardless of its compatibility with active software releases.

Please refer to [EOL Policy Document](#) for details or contact RUCKUS Technical Support Team.

---

License Management

[How-To Hub Licensing page](#)

[License Manager - LiMAN](#)

[License Purchases - Download Licenses](#)

[Temporary License](#)

Asset and Case Management

[Asset Management Tool](#)

[AP Certificate Replacement Tool](#)

[Hardware Summary](#)

[Case and RMA Management](#)

[Support Purchases - SPA Required](#)

[Activate Purchase - Purchase Code Required](#)

[Submit a Case](#)

[Cloud Subscription Purchases](#)

Warranty & RMA

[Register Warranty](#)

[Warranty Checker](#)

["Support Service" Missing or Expiring](#)

[RMA Return Instructions](#)

Knowledge Base

[Advanced Search](#)

[Security Bulletins](#)

[Technical Documentation - Recent Releases](#)

[How-To Hub](#)

[RUCKUS Community Forums](#)

[Technical Support Bulletins](#)

[RUCKUS Education YouTube Channel](#)

[Training Portal \(register for a CommScope University account\)](#)

[Contact Us/Support Phone Numbers](#)

[Contact Us/Support Phone Numbers](#)

[Feedback](#)

Ruckus Networks

350 West Java Dr.

Sunnyvale, CA 94089 USA

T: +1 (855) 478-2587

© 2026 Ruckus Wireless LLC. All Rights Reserved.



Helena Fernandes Dolfato <helena.dolfato.ufabc@gmail.com>

---

## Fwd: license and support renovation [ ref:!00D5006n2C.!500Rk0I4sbb:ref ]

1 mensagem

---

**Felipe Baena Garcia** <felipe.garcia@ufabc.edu.br>  
Para: Helena Fernandes Dolfato <helena.d@ufabc.edu.br>

23 de fevereiro de 2026 às 20:35

**Felipe Baena Garcia**

----- Forwarded message -----

From: **Ruckus Customer Support** <[support-case@ruckusnetworks.com](mailto:support-case@ruckusnetworks.com)>  
Date: Mon, Feb 23, 2026, 18:43  
Subject: license and support renovation [ ref:!00D5006n2C.!500Rk0I4sbb:ref ]  
To: [infra.nti@ufabc.edu.br](mailto:infra.nti@ufabc.edu.br) <[infra.nti@ufabc.edu.br](mailto:infra.nti@ufabc.edu.br)>

Dear Customer,

Greetings from Ruckus Support!

As per the case notes, we understand that you would like to know whether Ruckus provides a Letter of Solidarity (Manufacturer's Authorization/Support Letter) from the winning bidder, ensuring that the manufacturer (Ruckus) guarantees the execution of the contract.

Please note that Ruckus products and licenses are supplied exclusively through authorized Ruckus Partners.

Our team handles post-sales support. We kindly request that you contact your authorized Ruckus Partner for assistance:

Partner: SEGER COML IMPORT EXPORT SA  
Phone : +5541987218291

You may also reach out to your Sales Engineer (SE) or Account Manager for further clarification or support.

[alan.follmann@ruckusnetworks.com](mailto:alan.follmann@ruckusnetworks.com)  
[daniele.carvalho@ruckusnetworks.com](mailto:daniele.carvalho@ruckusnetworks.com)

For your convenience, you can also locate other authorized partners using the link below:

<https://www.ruckusnetworks.com/partners/partner-locator/>

Please let us know if you have any further queries.

Best Regards,

Pema Lachenpa (Customer Account Representative II)  
My hours are: 08:00-17:00 PST| Monday – Friday

FetchBot - Your one-stop tool to activate, add, remove, or download SmartZone licenses effortlessly. [https://support.ruckuswireless.com/fetch\\_smartzone\\_licensing](https://support.ruckuswireless.com/fetch_smartzone_licensing)  
"Got Licensing questions? We have answers" <https://support.ruckuswireless.com/hth-licensing>  
Customer support is open 24x7, Contact Us: <https://support.ruckuswireless.com/contact-us>  
Have a question or need to escalate? "Chat Now"

RUCKUS NETWORKS

ref:!00D5006n2C.!500Rk0I4sbb:ref

---

## Dúvida - Carta de Solidariedade Ruckus

3 mensagens

---

**Helena Fernandes Dolfato** <helena.d@ufabc.edu.br>

24 de fevereiro de 2026 às 15:29

Para: alan.follmann@ruckusnetworks.com, daniele.carvalho@ruckusnetworks.com

Cc: Felipe Baena Garcia <felipe.garcia@ufabc.edu.br>, infra.redes@ufabc.edu.br, Larissa de Mattos <larissa.mattos@ufabc.edu.br>, "compras.nti" <compras.nti@ufabc.edu.br>

Prezados Alan e Daniele, boa tarde!  
Espero que estejam bem.

Recebemos seus contatos após abrirmos um chamado no Portal Ruckus, conforme anexo.

A solução de rede sem fio da UFABC é composta por duas controladoras 2 (duas) controladoras Virtual SmartZone (modelo vSZ-E - serial numbers 98PK1PSUN7CDMED230DS60U9NPK1 e 985XVARK4FBS90L0TF7MJCHQKH7N) e 250 (duzentos e cinquenta) pontos de acesso internos modelo R610 (part number: 901-R610-WW00), ou seja, a solução atual de rede sem fio da UFABC é completamente proveniente da fabricante Ruckus.

Pretendemos contratar a renovação do serviço de garantia e suporte técnico para nossa solução de rede sem fio por meio de processo licitatório, pois a garantia atual tem vigência até o final de março.

**No edital do processo de licitação pretendemos solicitar como requisito 'carta de solidariedade' ao licitante ganhador do certame, de forma que a fabricante (no caso, a Ruckus), assegure a execução do contrato.**

Gostaríamos de confirmar se a empresa Ruckus tem a prática de fornecer esse tipo de documento (carta de solidariedade) para empresas que a solicitem a vocês, ainda que não seja uma empresa conhecida ou parceira. Essa informação é crucial para definirmos nossa estratégia de instrução do processo de contratação, dado que caracterizará a habilitação técnica necessária para participação no certame.

**Em resumo: A Ruckus tem a prática de fornecer carta de solidariedade para possíveis revendedores que queiram revender os produtos deles para Governo a partir de participação em licitações e pregões?**

**Se uma empresa entrar em contato com a Ruckus hoje solicitando essa carta, ela será atendida independentemente do fato de não ser uma parceira Ruckus até então?**

Por favor, nos avisem se não for possível entender nossa dúvida.

Agradecemos a atenção e ficamos no aguardo de suas orientações.

Helena Dolfato  
(ela/dela)  
Assistente em Administração  
Núcleo de Tecnologia da Informação  
Fundação Universidade Federal do ABC  
(11)3356-7137



**Retorno\_PortalRuckus.pdf**

141K

---

**Carvalho, Daniele** <daniele.carvalho@ruckusnetworks.com>

25 de fevereiro de 2026 às 10:02

Para: Helena Fernandes Dolfato <helena.d@ufabc.edu.br>

Cc: Felipe Baena Garcia <felipe.garcia@ufabc.edu.br>, "infra.redes@ufabc.edu.br" <infra.redes@ufabc.edu.br>, Larissa de Mattos <larissa.mattos@ufabc.edu.br>, "compras.nti" <compras.nti@ufabc.edu.br>, "Follmann, Alan" <alan.follmann@ruckusnetworks.com>

Olá Helena, bom dia

A carta é restrita a canais devidamente certificados.

Obrigada

Daniele Carvalho

Account Manager Inside Sales | Brazil

[RUCKUS Networks](#)

Mobile: +55 11 97969-6904

Follow me on [LinkedIn](#) and [Twitter](#)



---

**De:** Helena Fernandes Dolfato <[helena.d@ufabc.edu.br](mailto:helena.d@ufabc.edu.br)>

**Enviado:** terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 15:29

**Para:** Follmann, Alan <[alan.follmann@ruckusnetworks.com](mailto:alan.follmann@ruckusnetworks.com)>; Carvalho, Daniele <[daniele.carvalho@ruckusnetworks.com](mailto:daniele.carvalho@ruckusnetworks.com)>

**Cc:** Felipe Baena Garcia <[felipe.garcia@ufabc.edu.br](mailto:felipe.garcia@ufabc.edu.br)>; [infra.redes@ufabc.edu.br](mailto:infra.redes@ufabc.edu.br)

<[infra.redes@ufabc.edu.br](mailto:infra.redes@ufabc.edu.br)>; Larissa de Mattos <[larissa.mattos@ufabc.edu.br](mailto:larissa.mattos@ufabc.edu.br)>; [compras.nti@ufabc.edu.br](mailto:compras.nti@ufabc.edu.br)

<[compras.nti@ufabc.edu.br](mailto:compras.nti@ufabc.edu.br)>

**Assunto:** Dúvida - Carta de Solidariedade Ruckus

**CAUTION:** This message originated from an External Source outside of VistanceNetworks.com. This may be a phishing email that can result in unauthorized access to VistanceNetworks. Please use caution when opening attachments, clicking links, scanning QR codes, or responding. You can report suspicious emails directly in Microsoft Outlook.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

**Helena Fernandes Dolfato** <[helena.d@ufabc.edu.br](mailto:helena.d@ufabc.edu.br)>

25 de fevereiro de 2026 às 14:47

Para: "Carvalho, Daniele" <[daniele.carvalho@ruckusnetworks.com](mailto:daniele.carvalho@ruckusnetworks.com)>

Cc: Felipe Baena Garcia <[felipe.garcia@ufabc.edu.br](mailto:felipe.garcia@ufabc.edu.br)>, "[infra.redes@ufabc.edu.br](mailto:infra.redes@ufabc.edu.br)" <[infra.redes@ufabc.edu.br](mailto:infra.redes@ufabc.edu.br)>, Larissa de Mattos <[larissa.mattos@ufabc.edu.br](mailto:larissa.mattos@ufabc.edu.br)>, "[compras.nti@ufabc.edu.br](mailto:compras.nti@ufabc.edu.br)" <[compras.nti@ufabc.edu.br](mailto:compras.nti@ufabc.edu.br)>, "Follmann, Alan" <[alan.follmann@ruckusnetworks.com](mailto:alan.follmann@ruckusnetworks.com)>

Obrigada, Daniele!

**Helena Dolfato**

(ela/dela)

Assistente em Administração

Núcleo de Tecnologia da Informação

Fundação Universidade Federal do ABC

(11)3356-7137

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS – LICITAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

**(Processo Administrativo nº 23006.005297/2026-92)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC  
E XXXXXXXXXXXX.

A Fundação Universidade Federal do ABC, com sede no(a) Avenida dos Estados, nº 5.001, Bairro Bangú, na cidade de Santo André/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.722.779/0001-06, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-reitora de Administração, Sra. Sara Cid Mascareñas Alvarez, nomeado(a) pela Portaria da Reitoria nº 168, de 22 de março de 2018, publicada no *DOU* de 23 de março de 2018, portadora da Matrícula Funcional nº 1574068, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/XX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXX, XXXXXX, conforme, atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23006.005297/2026-92** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de renovação de serviço de suporte técnico para solução de rede sem fio, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados do dia **XX/XX/20XX**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações



trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos: 26352/154503

III.Programa de Trabalho: XXXX

IV.Elemento de Despesa: XXXX

V.Plano Interno: XXXX

VI.Nota de Empenho: 20XXNEXXXXXX

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santo André, XX de XXXX de 20XX.

---

**SARA CID MASCAREÑAS ALVAREZ**

Pró-Reitora de Administração  
Fundação Universidade Federal do ABC  
p/ CONTRATANTE

---

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXX  
p/ CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

Matrícula funcional, se houver:

---

Nome:

Matrícula funcional, se houver: